

A FAMÍLIA COMO POSSIBILIDADE DE CONSTRUÇÃO DO SELF

Natacha Miguel Monteiro

RESUMO

A importância da família para um desenvolvimento saudável é inegável. Assim, este artigo tem como interesse esmiuçar como, durante a infância, a criança pode ser influenciada pela dinâmica familiar a qual está inserida, vindo inclusive a apresentar alguns sintomas que apontam para conflitivas neste meio. Destaca-se no decorrer deste texto, a construção do conceito de família e como ocorre o processo de formação do self.

Palavras-Chave: Infância; Família; Psicologia Humanista-Existencial; Self

CONCEITUALIZAÇÃO

Segundo Aguiar (2005), a família é parte integrante da construção do *self*. O forte vínculo existente entre família e criança, aponta para a necessidade mais importante ao longo do desenvolvimento infantil, que é a de ser confirmada pelo outro. Tal necessidade emerge como sendo fundamental para estabelecer a maneira como a criança irá interagir com o mundo, pois é dentro do contexto familiar e da forte dependência deste âmbito, que as introjeções são realizadas e atender ou não a tal necessidade irá revelar as características da criança frente ao mundo e o tipo de funcionamento que terá, saudável ou não.

Para entender dentro do Humanismo, mais especificamente da Gestalt Terapia, a conceitualização de Família, acredita-se ser importante um rápido comentário de outro

conceito relacionado ao primeiro, a visão de ser humano e as três instâncias que compõem seu caráter: o ser holístico, auto-regulado e relacional.

Sob a perspectiva da abordagem holística considera-se o ser humano como uma totalidade, onde mente, corpo e espírito formam o ser total. Conforme Aguiar (2005) lembra, essa compreensão sugere a avaliação do vínculo entre fatores emocionais, cognitivos, orgânicos, comportamentais, sociais, históricos, culturais, geográficos e espirituais. Deste modo, o ser humano não pode ser pensado separadamente, dentro da realidade necessariamente faz parte dos grandes temas do mundo moderno, como ética, cidadania e ecologia, pois ele é parte deste universo. É como Ribeiro (2006) enaltece em sua obra, ao se encantar com uma bela paisagem o homem também está se encantando com ele mesmo.

Além da visão holística, as abordagens Humanistas-Existenciais, consideram o homem em seus poderes de criatividade, responsabilidade, respeito por seus valores, intenções e acima de tudo, sua identidade peculiar. GREENING (1973), ao elaborar tal pressuposto, aponta que esta corrente da Psicologia reconhece o desamparo do ser humano, o caos e a contingência, mas, aliadas as características positivas do ser expostas anteriormente, conforme Freitas (1985) completa, há em cada pessoa uma força interna, própria da vida, que a impele à auto-realização. Para Rogers (1975), esta capacidade do homem é denominada de tendência atualizante e sua eficácia dependerá não da situação objetiva, mas sim da maneira como o indivíduo está percebendo, em decorrência da noção do eu, tais situações. Por isso é tão importante que cada pessoa tenha sua identidade percebida de forma ampla e congruente, pois aquilo que estiver relacionado com o eu, tende a ser “percebido como destaque e é suscetível a mudanças em função dos desejos e angústias do indivíduo” (ROGERS, 1975, p. 44), as demais situações podem ser desconsideradas ou vagamente percebidas.

Por fim, a Gestalt compreende o ser humano como um ser-de-relação cuja individualidade é constituída a partir de sua contínua e dinâmica interação com o mundo-

outro. Conforme Antony (2006) retrata, as pessoas já nascem da interação de duas pessoas, do contato estabelecido entre ambos e daí em diante passará o resto da vida em comunicação, numa reciprocidade onde irá ser afetado e influenciado pelo meio e irá afetá-lo e influenciá-lo também. Aguiar (2005, p.43) completa articulando que o homem cresce e se desenvolve *na e a partir da* relação, onde é através desses contatos estabelecidos e ampliados entre si e o mundo que terá a possibilidade de diferenciar-se, transformar-se e desenvolver-se como uma pessoa com suas próprias peculiaridades, portanto não existem diferentes maneiras de constituição a não ser por meio das relações.

A FAMÍLIA E SUAS INFLUÊNCIAS

Definição de família

Pode-se dizer que assim como o ser humano é considerado em sua característica de totalidade auto-reguladora e relacional, a família também o é.

Indo ao encontro com a perspectiva gestáltica, Bacelar (2002) traz, ao citar a dinâmica familiar funcionando como um organismo ativo e complexo, a idéia de totalidade. Dentro dessa concepção a família funciona como uma grande totalidade onde cada membro é uma totalidade menor e cada um deve lutar pela busca do equilíbrio entre uma heterogeneidade de elementos. Desse modo, conforme Antony (2006) recorda, a visão do todo significa levar em consideração uma ampla variedade de fatores na composição de uma dinâmica familiar, como o atravessamento de influências sócio-históricas e culturais e o entrelaçamento de várias histórias de vida das pessoas que compõe o todo familiar. Assim, tal desenvolvimento é resultado dos elementos ambientais, da aleatoriedade dos acontecimentos e das potencialidades inatas. Completando tal idéia, segundo Aguiar (2005) aponta, os membros de uma família afetando-se uns aos outros em sua constante interação e esta acaba por repercutir

na vida individual de cada um deles, onde o comportamento muitas vezes irá corresponder a uma resposta e reação à expectativa do outro. Entender este conceito é fundamental para pensar a respeito dos sintomas apresentados pelas crianças e sobre a visão de família saudável dentro da abordagem gestáltica. Esse caráter será definido através da constatação do tipo de interação existente entre os elementos da família, onde se houver uma pessoa que se envolve mais com um membro do que o outro, o curso de energia fluindo pela totalidade estará em prejuízo, o que poderá denotar algum tipo de comprometimento. Conforme a visão de auto-regulação do organismo, os sintomas apresentados devem ser entendidos como a forma apresentada por um dos membros de tentar reagir a tal situação e buscar o equilíbrio. Por exemplo, ao observar o comportamento de uma determinada criança, deve-se ter em mente a existência de uma teia de forças e influências mútuas, onde seu quadro não necessariamente representa uma disfunção do seu desenvolvimento, mas sim o reflexo de uma dinâmica familiar conflituosa.

Assim como a capacidade de receber influências externas através de fatores culturais, políticos, religiosos entre outros, a família também é considerada um sistema aberto através da possibilidade de entrada e saída de componentes a qualquer momento. Essa disposição para receber a influência do novo membro que por ventura surgir, trata-se das novas configurações familiares surgidas ao longo dos séculos.

Segundo Bacelar (2002), em muitas épocas família foi sinônimo de segurança, aconchego, amor e procriação, mas em outras passou a representar luta de poder, definição de papéis, repressão, entre outros conflitos. Dentro dessas características, marido e mulher foram diminuindo seu número de filhos ou passaram a não desejá-los, homens não representam mais o papel de detentor das decisões familiares e se um casal tem sua relação desestruturada, o divórcio é uma satisfatória solução, com ele, a possibilidade dos recasamentos e assim a junção de vários filhos ligados pelos laços sangüíneos de apenas um dos pais.

De fato, conforme Berger (2003) traz em sua obra, a família nuclear clássica, onde moram juntos os pais e filhos não representa a ausência de problemas, muito pelo contrário, nem todo pai ou mãe biológico é tão competente para formar um lar familiar educativo. Muitas vezes ambientes onde não há condições de suprir as necessidades físicas e afetivas, onde há pais que são perturbados a ponto de não ter a capacidade de adquirir o senso de responsabilidade de ter um filho e dar condições para o seu desenvolvimento, fazem com que carências significativas prejudiquem o curso saudável do ciclo vital das crianças.

De acordo com Aguiar (2005), o nascimento de um bebê ocasiona transformações na vida de todas as pessoas envolvidas, acontecendo um “desequilíbrio” que implica numa reconfiguração da dinâmica familiar existente até então. A entrada de uma criança numa família demonstra muitas vezes uma questão de planejamento e continuidade elaborados pelos progenitores, significando a construção de uma identidade familiar a partir do nascimento do primeiro filho e este, passando a ser como parte integrante do grupo e não apenas um ser singular (FONSECA, 2002). Contudo, nem todos estão preparados e dispostos a embarcar na formação de uma rede familiar e por isso o filho não planejado e desejado é deixado ao léu, a quem estiver disponível a cuidar do pequeno ser.

Prosseguindo, Fonseca (2002) lembra que as redes familiares muitas vezes podem se formar em decorrência da questão de sobrevivência ou também a criança pode ser usada como elemento de troca para justificar o seguimento dessa rede. Rogers (1979), sobre essa idéia, enfatiza que além da influência do tipo de relacionamento estabelecido entre os pais com a criança, diferentes constelações familiares também apontam para um reflexo no comportamento das crianças.

Tais variações nos padrões de interações tornam necessário que a Psicologia se aproprie de novos olhares e novas formas de intervenção para poder ajudar as pessoas a viver nessas novas famílias. Para a abordagem Gestáltica, não importa a família ser convencional

ou não, como mencionado anteriormente, o caráter saudável é dado pelo tipo de configuração estabelecido entre os membros, “os lugares ocupados na dinâmica familiar e as funções estabelecidas por eles” (AGUIAR, 2005, p.94) e é a partir disso que seu olhar e trabalho irão se solidificar.

A família influenciando a construção do self

Clarificada as definições a cerca da família dentro da abordagem humanista-existencial e os padrões de funcionamento na contemporaneidade, torna-se relevante refletir qual a função da família na construção do self.

A família é a instância onde se desenvolve o processo de subjetivação do indivíduo, é, conforme Bacelar (2002) relata, o local que fornece elementos para que o homem possa se constituir enquanto sujeito, a partir do conhecimento e diferenciação entre quem ele é e quem é o outro. Nessa função, tal instância tem que ser capaz de suprir as necessidades de confirmação, diferenciação e construção da percepção de si através de experiências boas e ruins, ou seja, protegendo, acolhendo, satisfazendo as necessidades, mas também proporcionando experimentos de frustrações, aceitando as diferenças para que, de acordo com a exposição de Aguiar (2005), o ser humano possa ter seu autoconceito construído de forma positiva, numa valorização de suas características e comportamentos mais autênticos e individuais.

Dando seguimento, as atitudes dos pais em relação ao filho, o tipo de afeição e envolvimento emocional irá resultar no modo pelo qual a criança irá perceber-se no mundo. Antony (2006) recorda que há três dilemas que são ontológicos ao processo de todo o ser humano e que irão perpetuar até a vida adulta, são eles: união x separação; dependência x independência e individualidade x alteridade. Essas polaridades surgidas da ligação entre

organismo e ambiente configuram o drama existencial-relacional de cada pessoa em busca de sua identidade e esta, conforme já explicitado anteriormente, só será adquirida através da confirmação, aceitação e reconhecimento por parte do outro. Caso isso não ocorra, as atitudes de rejeição dos pais, conforme Rogers (1979) menciona, podem ser os motivos do problema apresentado pela criança e ainda, a manutenção e dificuldades no tratamento deste. Pertinente ainda à importância dos tipos de relacionamentos estabelecidos entre a criança e seus pais e o efeito decorrente deste, Berger (2003, p.150) elabora que o tipo de apego do bebê com seu cuidador poderá repercutir em algumas características da personalidade e do envolvimento social dessa pessoa na vida adulta. Assim, se ao nascer a criança recebe um apego seguro de seus genitores e tem incitado sua curiosidade, independência e sociabilidade, provavelmente terá esse mesmo tipo de relacionamento com outras pessoas no futuro. Portanto, a possibilidade dos encontros e desencontros com as pessoas que estimam algum valor para a criança, permitirá que ela se veja como aceita e apta a ter atitudes de enfrentamento e decisão quando estiver frente a polaridades a serem escolhidas. Deste modo, em toda situação haverá a criança, o mundo dos objetos e o mundo dos outros e é através dessas sucessivas interações que ocorre o desenvolvimento infantil (ANTONY, 2006). Ainda, Berger (2003) sinaliza que os lares onde a pessoa responsável fornece amor, orientação constante e estabilidade, a chance de prosperar da criança aumenta. E não importa quem efetivamente seja essa pessoa. Fonseca (2002) comenta sobre o famoso provérbio “mãe é uma só”, onde os laços de sangue que unem mãe e filho são irrefutáveis, sendo esta a justificativa das mães biológicas que depois de dar à adoção seus filhos resolvem retomar a sua original função. Contudo, para uma criança adotiva não importa se ela irá chamar uma, duas ou três mulheres de mãe, a questão é ela ter suas necessidades básicas supridas, bem atendidas por quem está cuidando-a, nesta situação lembra-se de um outro provérbio: “mãe é quem criou”.

A construção do self

Conforme mencionado anteriormente, a identidade infantil irá se desenvolver de acordo com um conjunto de fatores cruciais nos primeiros anos de vida, os quais o papel da família é de fundamental importância.

Aguiar (2005) refere que durante o período da gestação o indivíduo que está por nascer já está tendo alguns elementos de sua constituição pré-estabelecidos, é como uma “pré-história” de sua vida, formada pelas experiências vivenciadas pela mãe que afetam seu feto, além da transmissão de valores, mitos, modos de ser e estar no mundo dos seus pais. Ainda antes do nascimento, quando o bebê está dentro do corpo de sua mãe, este organismo funciona como um filtro emocional e nutricional, formando um estado de conexão absoluta. Após o nascimento, Antony (2006) recorda que a confluência biológica é rompida e, apesar da criança ter um ambiente externo para buscar por novas sensações, inicia-se com sua mãe uma confluência psicológica, com a ausente consciência da diferenciação entre si e o outro. De certo modo, é através desta indiferenciação que o corpo materno irá proporcionar a sensação de aconchego e segurança necessários para a consagração de uma relação de confiança. Nessa etapa, conforme Aguiar (2005) indica, como o bebê não possui suas funções cognitivas totalmente desenvolvidas, o mundo é apresentado por intermédio de seus pais, nesse processo de introjeção, através dos sentimentos de proteção e segurança, o sujeito poderá entrar em contato com a variedade de sensações proporcionadas pelo ambiente e, percebendo-as integralmente, desenvolver sua própria possibilidade de auto-regulação e consciência do próprio corpo. Deste modo, os efeitos surgidos da interação entre meio e organismo, onde cada experiência se percebe diferente das demais e ao chegar à consciência e ser identificada como significativa para pessoa, acabaram por possibilitar a vivência da percepção do eu. Nesse processo do desenvolvimento com a contribuição do outro, conforme

Lima (2005) menciona, as diferenças existentes não irão ameaçar, mas sim compor uma unicidade relacional.

Ao postular tal concepção, Rogers (1975) conceitualiza a idéia da necessidade de consideração positiva, relacionada com uma diversidade ampla de experiências, como por exemplo, as que ocorrem no contexto familiar diante de uma mãe suficientemente boa. Através da observação do comportamento da mãe, de seus gestos, expressões faciais e outros sinais, a criança descobre que a necessidade do afeto passa a lhe trazer satisfação, pois recebeu dessa fonte aquilo que estava precisando. Do momento da infância até a idade adulta, as percepções de si e do ambiente irão se modificar para que a diferenciação e a autonomia cresçam. Tal ação ocorre quando, sem atravessamentos de obstáculos psicológicos, a pessoa busca a sua maturidade, momento o qual a personalidade poderá representar o máximo de suas potencialidades, de acordo com sua constante auto-regulação orgânica (ROGERS, 1975). Esse processo ocorre graças à tendência atualizante inerente a cada pessoa, onde ao se submeter às condições de formação e satisfação de necessidades o indivíduo conseguirá desenvolver a noção de sua identidade. Na abordagem gestáltica esse conceito é visto sob o nome de confirmação, deste modo Aguiar (2005) completa revelando que para criança desenvolver o senso de eu, além de sua auto-estima, a família deve confirmar todo e qualquer tipo de sentimento e necessidade proveniente da criança que vá ao encontro de seu desenvolvimento vital.

A consideração positiva é universal e existe em todo o ser humano. De acordo com o entendimento de Rogers (1975), a cada nova vivência a percepção dos fatos pode se modificar, seja para o lado positivo ou negativo, pois independentemente da consideração positiva do outro, as experiências que formam o eu são percebidas, seja de forma satisfatória ou de frustração. Ainda em ressalva sobre o caso do comportamento da mãe, se ao observar a conduta apresentada a criança perceber que o afeto está sendo retido, de modo seletivo ou ela

irá distorcer essa realidade na tentativa de adaptá-la para ficar o mais próximo da experiência que necessita para lhe satisfazer, ou, como outra possibilidade, irá simplesmente interceptar tal evento à consciência. Qualquer que for a saída, será formado o chamado complexo de consideração, onde há a constituição de uma incongruência entre o eu e a experiência real, deixando o indivíduo num estado de vulnerabilidade e desajustamento psíquico, pois não irá mais funcionar como uma pessoa integrada e unificada. Para Antony (2006), quando a criança não tem suporte ambiental de cuidado e segurança parental, em sua limitada capacidade de reflexão, percebe estes pais tendo atitudes de punição decorrentes da reprovação de algo que ela tenha feito. Deste modo, através da introjeção de aspectos depreciativos, dá-se início a formação de uma auto-imagem negativa e a conseqüente organização distorcida de *self* que, por sua vez, produzirá padrões de contato com o mundo não saudáveis. Oaklander (1980) prossegue referindo que os bebês não nascem com percepções ruins acerca de si mesmo, contudo, as mensagens provenientes de seus pais/cuidadores constituíram na tradução de qualquer tipo de mensagem do ambiente que acabará reforçando a percepção de si, formada em decorrência das atitudes parentais. Completando, Rogers (1975, p. 2001) aponta que ao perder o “estado de integração característico da infância”, as informações alteradas irão formar a noção do eu de maneira condicional. Ou seja, o comportamento será guiado por fatores introjetados e a criança torna-se impotente para desenvolver atitudes positivas com relação a si, quaisquer que forem os fatores externos. A partir do eu condicionado, a criança irá assumir um padrão de comportamento que evitará as condições as quais não lhe trouxeram satisfação, em oposição a sua necessidade primordial de atualização. Assim, completando tal entendimento com as contribuições de Rogers (1975), as crianças tendem a ser guiadas não somente pelas experiências e comportamentos de suas mães, mas sim pela promessa de afeição incubada a figura materna.

Seguindo a teorização sobre a formação do *self*, como divulgado anteriormente, há a sustentação entre alguns teóricos que entre o primeiro e o sexto ano de vida, as crianças evoluem de uma consciência inicial (de indivíduos dependentes) para uma compreensão firme de quem eles são, do que gostam de fazer e do modo como seu ego se relaciona com seu ambiente social, chances possibilitadas pelo poder da discriminação. Nessa etapa evolutiva, de acordo com Aguiar (2005), a criança embarca em situações que contrapõe com suas vontades, onde é incitada a responder quais suas opiniões, escolhas, a experimentar como suas ações podem repercutir na solução de problemas, entre outros aspectos que correspondem a identidade peculiar de cada ser. Tais experiências são reflexos do desenvolvimento da autoconsciência e permitem um novo conjunto de emoções, incluindo orgulho, constrangimento e ciúmes, confirmando que o contexto social tem importância na constituição do *self* (BERGER, 2003).

Berger (2003) retrata tal assunto ao sabiamente elaborar que esse desenvolvimento, dito “psicossocial”, envolve a interação entre a psiquê e o contexto social e tudo aquilo que surgir dessa. Por psiquê, conforme a mesma autora aponta, entende-se não somente “alma”, mas também aquilo que está implícito nela, os sentimentos do ser. Assim, a criança ao nascer, entrar em contato com sua família e ter possibilidades de ingressar em situações que façam emergir as emoções mais básicas, tem a garantia da formação de sua personalidade. Sobre o desenvolvimento emocional, Berger (2003) relata que o aspecto crucial não seria tanto o nascimento de emoções como orgulho e culpa, mas sim a capacidade de regular os sentimentos, essa pode ser definida como “habilidade para inibir, aumentar, manter e modular o despertar das emoções, a fim de realizar certos objetivos” (p. 198). Deste modo, há sempre uma emoção sendo balanceada por outra, a alegria pela tristeza, a raiva pelo medo, o orgulho pela culpa e assim por diante. Dentro dos princípios gestálticos chama-se tal postulado de polaridades. A propósito de este conceito, Ribeiro (2005) teoriza que existem dentro de nós

duas realidades que se colocam uma diante da outra na tentativa de se excluírem, pois são opostas e ao mesmo tempo não podem viver. O homem se coloca diante dessas escolhas o tempo inteiro durante a sua vida, a dicotomia de emoções, de necessidades, o que fazer de sua vida, etc. faz com que entre esses pólos deva-se tentar clarificar as motivações e necessidades mais internas para que a pessoa possa fazer suas escolhas e viver com os lados opostos. Dando continuidade a questão assinalada anteriormente a regulação emocional é importante para que o homem possa aprender a lidar com as situações que irão acontecer no decorrer de sua vida, produzindo muitas vezes sentimentos ambíguos. Assim, em determinadas situações é importante a pessoa dar-se a oportunidade de se sentir com medo, insegura, mas não deve aprender a permanecer com tais sensações e sim perceber que dentro de si há características maiores que o farão atingir seus objetivos. Viver com as polaridades é aprender a manejar-se emocionalmente diante das mais variadas situações, extravasando sempre a autenticidade e a busca pelo equilíbrio do organismo. Lidar com as emoções não é uma tarefa fácil, Antony (2006) discorre que a separação precoce faz com que as crianças desenvolvam sentimentos de insegurança, reações de medo e ansiedade.

Até este momento foram apresentadas aspectos do desenvolvimento da identidade particular de cada ser, mas também é fundamental conceitualizar o que significa *self*. Para Ribeiro (2006), *self* pode ser definido como

um sistema de contatos, como uma unidade que dá consistência e unidade ao funcionamento da personalidade, como algo que regula os diversos sistemas de contato do organismo humano, como algo que é o si mesmo e me permite olhar e me reconhecer como um indivíduo diferente de qualquer outro. (p.172)

Desta maneira, o *self* é uma estrutura processual em constante busca de contatos, crescimento e auto-regulação e diz respeito ao estilo pessoal e demais elementos envolvidos com o ser no mundo. O *self* funcionando como um protetor da harmonia interna produzir a

maneira pela qual o sujeito estará se relacionando em determinado momento com o ambiente. A possibilidade de novos arranjos, obtenção de outros elementos e sucessivos ajustamentos permite que o *self* seja capaz de se modificar, se constituindo a cada momento (AGUIAR, 2005).

Ribeiro (2006, p.171) refere que o *self* possui três funções que estão sempre em funcionamento: o *id*, o *ego* e a *personalidade*. A primeira instância tenta responder ao “o quê” seria ao *self*, ligado às emoções básicas, primitivas e ao sistema sensoriomotor. Granzotto (2004) complementa que, enquanto *id*, o eu está inseparável das coisas em que participa, ou seja, embora tenha um corpo próprio as experiências são provindas do ambiente, estando unificadas com ele e percebidas como únicas. O *ego* corresponde ao “como” o *self* funciona, como a pessoa pensa e executa suas tarefas. Ligada à função motora, através das trocas energéticas possibilita o indivíduo, a partir da consciência de suas sensações e necessidades, a tomada da decisão e a conseqüente ação. De acordo com Granzotto (2004), é o *ego* que possibilita destacar a existência do ser separado da generalização do meio, pois com a capacidade de transcendência, torna-se individual na medida em que aproveita as circunstâncias que o ambiente lhe fornece para se desenvolver. Já a última instância, a *personalidade*, fazendo parte do sistema cognitivo, responde ao “para quê” o *self* existe. Novamente completando a explicação de Ribeiro (2006), Granzotto (2004) esclarece que a *personalidade* é como uma generalidade não perceptiva, formando-se numa identidade histórica, representada e construída por meio de atos simbólicos. Esses atos apontam para um sistema de atitudes adotadas pelas pessoas nos relacionamentos interpessoais e que sinalizam quem é a pessoa. Englobando tais funções do *self*, Ribeiro (2006) ilustra que o *id* funciona como um causador de processos “a *personalidade* como uma experiência consciente do que é a pessoa humana e o *ego* como aquele que faz, que escuta e está sempre disponível motoramente para o *id* e para a *personalidade*” (p. 171).

Não distinto da visão estrutural e processual apontando pela Gestalt, Rogers (1975, p.44) identifica o eu como um “conjunto organizado e mutável de percepções relativas ao próprio indivíduo”. Entre essas percepções podem ser enunciadas aquelas que dizem respeito as qualidades e defeitos, as capacidades e limitações, as características mais peculiares, aos valores entre outros elementos que permitem o ser se identificar a assumir quem ele é diante do meio. Para o autor, é de suma importância que a noção do eu esteja em congruência e fazendo parte do indivíduo, pois é a partir dessa aquisição que a tendência à atualização irá se manifestar e impulsionar a pessoa ao seu autêntico desenvolvimento.

É evidente que não é somente o ambiente social e familiar que irão formar a personalidade humana, fatores hereditários também influenciam o caráter de uma pessoa. Como Rogers (1979) retrata, há certos atributos que desde a concepção já fazem parte da pessoa, como os limites do desenvolvimento físico, e ulteriormente serão capazes de exercer influências nos padrões de comportamento. Além desses, atributos orgânicos adquiridos ao nascer e nos primeiros anos de vida também exercem o mesmo efeito, como é o caso de crianças que são subnutridas ou apresentam crises de epilepsia. Não são comuns tais fatores levaram as crianças a ter comportamentos de inquietação, hostilidade, agressividade, entre outros.

Finalizando essa exposição, é importante destacar que dentro das abordagens humanista-existenciais, estudar o desenvolvimento humano é conhecer que isto implica no imutável vir-a-ser. Esse processo aponta para a constante ampliação de recursos pessoais e relacionais, através da atualização de possibilidades, abrindo, fechando e abrindo *Gestalten*, o crescimento é um movimento de expansão e contração como sinal de vitalidade orgânica (LIMA, 2005).

Sintoma e sua disfuncionalidade

De acordo com a abordagem Gestáltica, fazer contato não significa a apreensão pura de algum objeto, mas sim os elementos que suscitaram na percepção do si mesmo e do outro/mundo. Para construção do *self* é de fundamental importância que haja a possibilidade de estar nesse processo de consciência do mundo interno e externo, como visto anteriormente, este é ofertada desde o nascer nos procedimentos de diferenciação e consideração positiva disponibilizados pela família, a primeira fonte de contato (RIBEIRO, 2006). Por outro lado, caso a necessidade de entrar em relação não seja realizada, comportamentos disfuncionais, podem ocorrer. Exemplificando tal idéia, em Gestalt chama-se de ajustamentos criativos os comportamentos que representam a maneira pela qual o indivíduo está tendo possibilidade de reagir ao mundo em que vive. Neste processo, conforme Ribeiro (2006) discorre, a capacidade auto-reguladora do homem entraria em ação para a busca de soluções nele próprio ou no ambiente que lhe circunda, para se auto-regular e manter-se em equilíbrio.

Lima (2005) aponta que as situações de risco muitas vezes alteram o modo de funcionar do indivíduo, formando um distúrbio no processo de auto-regulação. Nesses momentos há uma interrupção nas diversas formas de se entrar em contato com o mundo e se adaptar a ele, onde o sujeito sem a capacidade de criação não consegue buscar distintas maneiras de ser no mundo, conseguindo apenas utilizar a mesma ferramenta para responder as situações. Esse ajustamento estereotipado irá se configurar na sua disfuncionalidade. Aguiar (2005) completa que para abordagem gestáltica, este é o conceito de doença: a inabilidade de lançar novas formas de se ajustar ao mundo, onde as necessidades do homem não condizem com as demandas da sociedade, ou seja, “a origem das dificuldades não está nem no meio, nem na criança, mas na relação que está sendo estabelecida entre eles” (p.106). Oaklander (1980) completa argumentando que, sem ter habilidades internas para lidar com as situações, é o ambiente que provoca as crianças a apresentarem determinados comportamentos.

É comum que nos anos escolares apareçam em maior evidência os sinais de que algo não funcional está acontecendo com as crianças. No processo de aprendizagem podem vir à tona inúmeras dificuldades em decorrência da junção de vários fatores, a recordação de fatos marcantes na vida a qual não teve oportunidade de elaborar, a exposição a um círculo de amizades que talvez não lhe aceite como é e a própria questão do aprendizado, são exigências de exercícios e avanços que talvez emocionalmente a criança não esteja em condições de vivenciar.

Segundo Berger (2003), na medida em que vai crescendo a criança vai adquirindo estratégias para se defender de suas emoções inquietantes, seja através do uso de objetos (ilustrados pelo objeto transicional), pessoas próximas que confia (familiares, amigos, uma babá, professora) e a imaginação. Estas formas de lidar com o meio podem representar tanto reações de aceitação e adaptação a este, quanto também ações de rejeição e fuga do mesmo. Contudo, o comportamento é considerado como a única maneira encontrada pela criança de tentar se adaptar ao ambiente e se desenvolver até a idade adulta. De acordo com Oaklander (1980, p. 231), “prova de força e sobrevivência”, para serem posteriormente aceitas e respeitadas como são, responsáveis por si mesmas.

Para Aguiar (2005), a idéia de que a criança tem poder de transformar seu meio não se afina com a perspectiva de criança frágil, impotente e à mercê das forças ambientais produzidas pelos adultos. Ao observar as crianças desde o seu nascimento verifica-se que, dadas às condições do campo, além dos seus próprios recursos do momento, elas irão exercer seu poder em busca de sua atualização. Assim, embora o comportamento não esteja fluindo no seu curso saudável, a possibilidade de mudar é imprescindível para fornecer ao indivíduo novas maneiras de funcionar para, deste modo, poder restaurar seu desenvolvimento funcional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro da psicoterapia infantil, a partir da atitude terapêutica de compreensão empática, o sujeito poderá re-significar as situações antes ameaçadoras e passá-las a integrar em sua noção de eu. O terapeuta deve assim, seguir pelo seu caminho, ouvindo, respondendo e respeitando as produções trazidas no espaço terapêutico pela criança, para que ela possa se sentir alicerçada e segura para abandonar o conflito que a persegue, encontrando por si mesmo possibilidades para desenvolver a ampla gama de habilidades que possui para ser uma pessoa mais completa, verdadeira e autêntica. Assim, por meio desse postulado, o espaço terapêutico entra como um instrumento de facilitação das mudanças, onde poderá haver reflexões sobre qual é o papel do cliente na dinâmica de sua família, como pode estar influenciando o funcionamento e como também pode estar sendo afetado por aquilo que foi configurado nesta família. Deste modo, percebe-se o quanto é relevante estar atento à ampla variedade de influências pelo qual uma pessoa pode estar sendo afetada, para que a ajuda ocorra da melhor maneira possível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Luciana. Gestalt-terapia com crianças: teoria e prática. Campinas: Livro Pleno, 2005

ANTONY, Sheila. A Criança em desenvolvimento no mundo: um olhar gestáltico.

IGT na Rede, Rio de Janeiro, ano 3, n. 04, 2006. Disponível em: <http://www.igt.psc.br/Artigos/a_crianca_em_desenvolvimento_um_olhar_gestaltico.htm>

Acesso em: 21 maio 2007.

BACELAR, Rute. O lugar da avó. Recife: FASA, 2002.

BERGER, Kathleen Stassen. O desenvolvimento da pessoa: da infância à adolescência. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2003.

FONSECA, Cláudia. Caminhos da adoção. São Paulo: Cortez, 2002.

FREITAS, Luiz Carlos. Por que fazer terapia? São Paulo: Agora, 1985.

GRANZOTTO, Rosane Lorena. Self e Temporalidade. IGT na Rede, Rio de Janeiro, ano 1, n.01, 2004. Disponível em: <<http://www.igt.psc.br/Revistas/R1/>> Acesso em: 21 maio 2007.

GREENING, Thomas C. Psicologia existencial-humanista. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

LIMA, Patrícia Valle de Albuquerque. Teoria organísmica. IGT na Rede, Rio de Janeiro, no 2, n. 03, 2005. Disponível em: <http://www.igt.psc.br/Artigos/teoria_organismica.htm> Acesso em: 21 maio 2007.

RIBEIRO, Jorge Ponciano. Vade-mécum de Gestalt Terapia: Conceitos básicos. São Paulo: Summus, 2006.

ROGERS, Carl R.. Psicoterapia e relações humanas: teoria e prática da terapia não-diretiva.V.1. Belo Horizonte: Interlivros, 1975.

_____, Carl R.. O tratamento clínico da criança-problema. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

OAKLANDER, Violet. Descobrimo crianças: a abordagem gestáltica com crianças e adolescentes. São Paulo: Summus,1980.